

CORREIO JURÍDICO

POR MARTHA IMENES

Divulgação



Vinhedos do Vale Douro são encrustados nas montanhas

Nacionalidade portuguesa pode ficar mais difícil

Com a aprovação no parlamento e à espera de promulgação presidencial, a revisão da Lei da Nacionalidade marca uma virada no modelo português de integração de estrangeiros. A medida, aliada à nova Lei de Imigração já em vigor, impõe prazos maiores, novos exames e mais filtros para quem pretende viver no país ou adquirir nacionalidade. Se sancionadas integralmen-

te, as mudanças devem afetar diretamente a comunidade brasileira, atualmente a maior população estrangeira em Portugal. O tempo mínimo de residência legal para solicitar nacionalidade portuguesa, hoje de cinco anos, passará a ser de sete anos para cidadãos da União Europeia e dos países de língua portuguesa, como o Brasil, e de dez anos para os demais.

Domínio da língua

Quem pedir a cidadania precisará comprovar não apenas domínio da língua portuguesa, mas também conhecimentos sobre história, cultura e símbolos nacionais, por meio de certificação ou exame oficial, uma exigência inédita no país. A legislação também endurece crité-

rios relacionados a antecedentes criminais. Quem tiver condenação igual ou superior a dois anos de prisão ficará impedido de solicitar nacionalidade. E, em casos de punições a partir de quatro anos, juízes poderão determinar a perda da nacionalidade já concedida.

Wilson Dias/Agência Brasil



Regras também mudam para crianças em Portugal

Regras também mudam para crianças nascidas no país

As regras também mudam para crianças nascidas em território português. Para ter direito automático à nacionalidade, os pais deverão comprovar residência legal no país por, no mínimo, cinco anos. Atualmente, bastava comprovar um ano de residência, mesmo que irregular. Na prática, deixa de existir a possibilidade

de naturalização automática de filhos de imigrantes sem documentação válida. Em paralelo, a Lei nº 61/2025 endurece o regime de imigração e já está em vigor. O diploma reforça critérios para concessão e renovação de autorizações de residência, exigindo comprovação de meios financeiros.

Alteração estrutural

Para a advogada Luciane Tomé, especialista em Direito Internacional e Nacionalidade Portuguesa, as mudanças representam uma alteração estrutural na forma como o país encara a imigração. “Portugal adota uma postura mais restritiva e de maior controle. Integração pas-

sa a significar mais tempo, mais documentação e mais barreiras administrativas”, afirma. Ela ainda destaca a capacidade operacional do Estado como fator de preocupação: “Sem reforço na estrutura da AIMA, há risco de aumento na morosidade e insegurança jurídica.”

30% de estrangeiros

Na avaliação da especialista, os brasileiros, que representam cerca de 30% dos estrangeiros residentes no país, devem se preparar para um cenário mais exigente. “Planejamento, organização documental e acompanhamento profissional tornam-se essenciais. Quem não co-

nhecer as novas regras ou não se preparar adequadamente pode enfrentar indeferimentos e atrasos”. Enquanto aguarda decisão do presidente da República, Portugal se aproxima de um novo capítulo na sua política migratória, mais rígido, regulamentado e com maior exigência.



Cármem Lúcia, ministra do STF, participou do seminário Democracia, substantivo feminino

Cármem Lúcia ressalta gravidade da violência

A Constituição garante a igualdade de direitos e deveres

Por Martha Imenes

A desigualdade, a discriminação, e o preconceito foram alguns dos temas discutidos no seminário Democracia: Substantivo Feminino. A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármem Lúcia, afirmou que ainda existem questões pendentes de desigualdade, discriminação e preconceito nesse momento no Brasil em que a violência “é gravíssima” contra as mulheres e as crianças, embora a Constituição garanta igualdade de direitos e deveres entre os gêneros.

A ministra destacou que o encontro ocorria na véspera do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, da Organização das Nações Unidas (ONU), comemorado na terça-feira (25) e que se estenderá por 16 dias.

Cármem Lúcia ressaltou que, a despeito de todas as mulheres brasileiras sofrerem todas de formas de violência, mesmo que não diretamente, historicamente as mulheres negras são as maiores vítimas. Especial-

mente aquelas que não dispõem de condições econômicas, financeiras, que não têm acesso a serviços públicos, como educação. Desta situação é que marcaram no Brasil os 21 dias de luta para combater a violência contra as mulheres, iniciados a partir do último dia 20, quando se celebra. Dia da Consciência Negra.

“O poder é do povo, a mulher é o povo, é a maioria do povo brasileiro. Hoje, nós ouvimos as mulheres da sociedade civil e queremos aprender com elas”, ressaltou a ministra.

A ministra ressaltou que hoje a palavra cabe às mulheres para que ensinem e, acima de tudo, que proponham o que podemos fazer juntas, “porque juntas somos mais”, pelo bem do Brasil, por uma democracia forte, sem desigualdade e violência e, principalmente, para o benefício da sociedade no presente, de modo que possa ser construído um futuro sem desigualdade.

A presidente do TSE lembrou que durante toda a sua vida tem lutado pela igualação, que é uma ação permanente pela igualdade. Embora o Artigo 5º da Cons-

tituição estabeleça a igualdade entre homens e mulheres, não está estratificada, não está formalizada, o que permite que ainda persistam casos de submissão de todas as formas de iniquidade, agressão, violência. “Uma mulher assassinada a cada seis horas no Brasil é não civilizatório mas, mais do que isso, é não humano”.

Humamos podem negar a própria essência

A presidente do TSE citou um professor que dizia que não temia os animais. Porque, ao contrário dos animais, existem humanos que podem negar a própria essência de humanidade e matar uma mulher fisicamente, psicologicamente e às vezes economicamente e continuar existindo como se nada tivesse acontecido. Por isso, estavam ali reunidas com homens democratas também porque “nós não queremos uma sociedade só de mulheres, mas de homens e mulheres com direitos iguais, com dignidade respeitada de forma igual, porque o que queremos é todos juntos contribuir para uma sociedade de humanos e humanas iguais”.

Cenário jurídico mais rígido fará de 2026 um dos anos mais desafiadores para as empresas, diz especialista

A entrada de 2026 deve marcar um dos períodos mais desafiadores para as empresas brasileiras. O ambiente de negócios passa a operar sob um grau mais elevado de complexidade, influenciado por novas regulamentações, transformação digital acelerada, pressão por integridade corporativa e um cenário econômico ainda instável.

Para o advogado Sandro Wainstein, especialista em gestão jurídica estratégica e fundador da SV Wainstein Advocacia, o próximo ano exigirá das organizações uma postura muito mais preventiva e analítica. Segundo ele, “o risco deixou de ser algo que aparece no final da cadeia. Hoje, ele nasce na estratégia. A empresa que não interpretar corretamente os sinais do futuro está se preparando para perder competitividade.”

A intensificação de normas em setores sensíveis deve ser um dos pontos centrais de preocupação. Mudanças em compliance, proteção de dados, relações de trabalho, contratos e inteligência artificial tendem a criar impactos imediatos em operações, custos e processos decisórios.

Sandro observa que regulações mal compreendidas geram efeitos colaterais graves, capazes de comprometer resultados. Como ele destaca, “uma vírgula mal interpretada pode custar milhões. Em 2026, a diferença entre segurança e crise estará na capacidade de leitura e antecipação.”

Inteligência artificial

O avanço da inteligência artificial, embora traga eficiência, amplia riscos jurídicos relacionados à privacidade, responsabilidades e propriedade intelectual. A ausência de governança tecnológica é apontada como uma vulnerabilidade crítica. Sandro reforça que “a tecnologia evolui mais rápido do que a legislação. Quem não se preparar para esse descompasso vai enfrentar problemas



Justiça em 2026 terá novos desafios, principalmente por conta da tecnologia

que ainda nem sabe nomear.”

No campo contratual, o cenário também se torna mais sensível. A necessidade de renegociações, fortalecimento de garantias e revisão de cláusulas deve crescer, especialmente em setores pressionados por inflação setorial e alta dependência de fornecedores. Para o especialista, “contrato fraco não é detalhe jurídico, é risco estratégico. Em 2026, o contrato será a primeira linha de defesa de qualquer empresa.”

As relações trabalhistas devem entrar em um novo ciclo de atenção, impulsionadas por modelos híbridos, questões de saúde mental, metas agressivas e formatos contratuais atípicos. Ao mesmo tempo, programas de integridade deixam de ser diferenciais e se tornam pré-requisito para competitividade. Sandro enfatiza que “compliance não é mais virtude, é sobrevivência. Empresas sem maturidade em integridade não terão acesso a mercados, con-

tratos e parcerias relevantes.”

Mudança estrutural

Para ele, o maior equívoco das organizações é imaginar que 2026 será apenas uma extensão dos anos anteriores. A mudança é estrutural e profunda. Sandro resume com clareza: “estamos entrando em uma fase em que prevenir vai custar menos do que corrigir e infinitamente menos do que reagir. Empresas que se anteciparem ao risco vão transformar incerteza em vantagem competitiva.”

O advogado reforça que leitura de cenários, planejamento jurídico e monitoramento contínuo de ameaças se tornaram essenciais para sustentar crescimento. “Quem espera o problema aparecer já está atrasado. A advocacia estratégica existe para enxergar o que ainda não aconteceu. É assim que protegemos negócios e fortalecemos trajetórias.”

Nelson Jr./STF